

SUMÁRIO

Capítulo 1: Noções Sobre a Fazenda Pública	27
Angelus Emilio Medeiros de Azevedo Maia	
1. Introdução	27
2. Fazenda pública: conceito e etimologia.....	27
3. Representação processual da fazenda pública	29
3.1. Princípio da unidade da representação judicial dos estados e distrito federal.....	30
3.2. Prerrogativas gerais e representação processual no âmbito trabalhista	32
3.3. Constitucionalidade das prerrogativas.....	35
4. Compilação jurisprudencial	36
4.1. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	36
4.2. Informativos e julgados do STF	38
5. Questões.....	40

Parte I

DIREITO MATERIAL DO TRABALHO NA FAZENDA PÚBLICA

Capítulo 2: Princípios do Direito do Trabalho e Aplicação perante a Fazenda Pública	45
Alan de Oliveira Dantas Cruz	
1. Normas jurídicas: regras e princípios	45
2. Funções dos princípios	45

3.	Princípios específicos de direito do trabalho e sua aplicação à fazenda pública	46
3.1.	Princípio da proteção ao trabalhador (protetor ou tutelar ou tuitivo)	49
3.2.	Princípio da prevalência da condição mais benéfica ao trabalhador	51
3.3.	Princípio da norma mais favorável.....	52
3.4.	Princípio <i>in dubio pro misero</i> ou <i>in dubio pro operario</i>	53
3.5.	Princípio da primazia da realidade	54
3.6.	Princípio da intangibilidade e da irredutibilidade salarial...	55
3.7.	Princípio da continuidade da relação de emprego	55
3.8.	Princípio da inalterabilidade contratual <i>in pejus</i>	56
3.9.	Princípio da irrenunciabilidade e da intransacionabilidade ...	57
3.10.	Princípio da <i>alheabilidade</i> ou <i>ajenidad</i>	57
4.	Compilação jurisprudencial	58
4.1.	Informativos e julgados do TST	58
4.2.	Enunciados da 2º jornada de direito material e processual do trabalho	60
4.2.1.	Princípios fundantes do direito do trabalho	60
4.2.2.	Princípio da proteção	61
4.2.3.	Princípio da primazia da realidade.....	61
5.	Questões.....	61
	Capítulo 3: Empregado público	65
	Ítalo Medeiros Cisneiros	
1.	Conceito de relação de trabalho e relação de emprego.....	65
1.1.	Relação de trabalho estatutária.....	66
2.	Servidor temporário	68
3.	Principais súmulas/Ojs aplicáveis ao empregado público	68

4.	Concurso público e empregados públicos	73
4.1.	Conselhos profissionais.....	75
4.2.	Sistema “S”.....	76
4.3.	Ordem dos advogados do Brasil.....	76
5.	Emprego público em comissão.....	77
6.	Compilação jurisprudencial	79
7.	Questões.....	82

Capítulo 4: Equiparação Salarial e Desvio de Função no Âmbito da Administração Pública..... 85

Iuri Marcondes Carvalho de Quadros

1.	Equiparação salarial e desvio de função: distinção conceitual.....	85
2.	Equiparação salarial.....	87
2.1.	Requisitos	87
2.1.1.	Identidade de Função	89
2.1.2.	Trabalho de igual valor	90
2.1.3.	Simultaneidade no exercício da função	91
2.1.4.	Diferença no tempo de serviço não superior a 4 (quatro) anos e diferença no tempo de exercício da função não superior a 2 (dois) anos	92
2.1.5.	Identidade de empregadores	93
2.1.6.	Identidade do local de prestação de serviços (mesmo estabelecimento).....	94
2.1.7.	Inexistência de quadro de carreira ou plano de cargos e salários.....	95
2.2.	Aplicação no âmbito da Administração Pública.....	95
3.	Desvio de função	97
3.1.	Requisitos	97
3.2.	Aplicação no âmbito da Administração Pública.....	97

4.	Compilado jurisprudencial.....	97
4.1.	Súmula do STF	97
4.2.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	98
4.3.	Informativo do TST	100
5.	Questões.....	101

Capítulo 5: Alteração, Suspensão, Interrupção e Extinção do Contrato de Trabalho na Fazenda Pública

Danilo Canedo Guedes

1.	Alteração do contrato de trabalho na administração pública.....	103
1.1.	Noções gerais	103
1.2.	Especificidades relacionadas à administração pública.....	105
2.	Suspensão e interrupção do contrato de trabalho na administração pública.....	106
3.	Extinção do contrato de trabalho na administração pública	108
3.1.	Extinção do contrato de trabalho x estabilidade no serviço público.....	108
3.2.	Extinção do contrato de trabalho x aposentadoria voluntária	113
3.3.	Multa do art. 477 da CLT e sua aplicabilidade à administração pública.....	114
4.	Compilação jurisprudencial	116
5.	Questões.....	118

Capítulo 6: Sucessão Trabalhista e a Fazenda Pública

Fabíola Vilela Chaves Marcolino / Makena Marchesi

1.	Introdução.....	121
2.	Sucessão trabalhista: noções gerais	122
2.1.	Requisitos para configuração	123
2.2.	Exceções.....	124

2.3. Efeitos.....	125
3. Sucessão trabalhista e a administração pública	126
3.1. Privatização ou desestatização	127
3.2. Estatização.....	127
3.3. Substituição de concessionário de serviço público	128
3.4. Desmembramento de município.....	129
3.5. Cartórios extrajudiciais.....	129
4. Compilação jurisprudencial	132
4.1. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	132
4.2. Informativos e julgados do TST	133
5. Questões.....	137
Capítulo 7: Terceirização na fazenda pública	139
Clarissa Pereira Borges / André Felipe Pedrosa Pereira Lima	
1. Aspectos materiais da terceirização na administração pública.....	139
1.1. Responsabilidade subsidiária da administração pública	143
1.2. Dificuldades probatórias.....	147
2. A responsabilidade do poder público na terceirização	151
3. Compilação jurisprudencial	159
4. Questões.....	161
Capítulo 8: Direito Coletivo do Trabalho na Fazenda Pública	163
Wendel Piton	
1. Introdução	163
2. Direito coletivo do trabalho e fazenda pública: aspectos gerais....	164
3. Organização sindical.....	166
3.1. Liberdade associativa e sindical.....	166
3.2. Unicidade sindical	167

3.3. Quadro territorial	168
3.4. Organização por categoria.....	168
3.5. Organizações sindicais dos servidores públicos.....	169
3.6. Receitas sindicais	170
3.6.1. Contribuição sindical	171
3.6.2. Contribuição confederativa	173
3.6.3. Mensalidade sindical.....	174
3.6.4. Contribuição assistencial.....	174
4. Negociação coletiva trabalhista: convenção e acordo coletivos de trabalho	174
4.1. Negociação coletiva em face de pessoa jurídica de direito público que contrate sob o regime estatutário	175
4.2. Negociação coletiva de trabalho em face de pessoa jurídica de direito público que contrate sob o regime celetista	178
4.3. Negociação coletiva de trabalho nas estatais que contratem empregados celetistas	178
5. Dissídio coletivo e sentença normativa	179
6. Compilação jurisprudencial	183
6.1. Súmulas STF	183
6.2. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	183
6.3. Informativos e julgados do STF	184
6.4. Informativos e julgados do TST	187
7. Questões.....	189
Capítulo 9: Greve e a Fazenda Pública	193
Natália Aguiar Parente	
1. Origem do instituto	193
2. Previsão constitucional	194
3. Previsão legal	195

4. Direito de greve dos servidores públicos na jurisprudência do supremo tribunal federal	197
5. Abrangência subjetiva do precedente do supremo tribunal federal	199
6. Competência	200
7. Conceito, requisitos e efeitos da greve para o vínculo jurídico.....	202
8. Desconto salarial dos dias não trabalhados	204
9. Contratação temporária em decorrência da greve	208
10. Compilação jurisprudencial	210
10.1. Súmula STF	210
10.2. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	211
10.3. Informativos e julgados do STF	211
10.4. Informativos e julgados do TST	213
10.5. Informativos e julgados do STJ.....	217
11. Questões.....	219
Capítulo 10: Contratação temporária de pessoal na fazenda pública	223
Miguel Felipe Almeida da Câmara	
1. Introdução	223
2. Previsão constitucional e exceção ao concurso público	224
3. Conceituação, finalidade e requisitos para a contratação temporária de servidores públicos	226
3.1. Competência legislativa da norma regulamentadora.....	227
3.2. Necessidade temporária, excepcional interesse público e tempo determinado	228
4. Hipóteses genéricas e atividades de caráter regular e permanente	230
5. Processo seletivo e quarentena	231
6. Natureza do vínculo com a fazenda pública e competência para julgar os conflitos: justiça estadual ou justiça do trabalho?	233

7.	Nulidade da contratação temporária e verbas devidas.....	235
8.	Compilação jurisprudencial.....	238
8.1.	Informativos - STF.....	238
8.2.	Informativos - TST.....	243
8.3.	Informativos - STJ.....	245
9.	Questões.....	246

Parte II

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO NA FAZENDA PÚBLICA

Capítulo 11: Princípios do Processo do Trabalho e a Aplicabilidade à Fazenda Pública	251
Caio Felipe Caminha de Albuquerque	
1. Introdução	251
2. Princípios do direito processual trabalhista	253
2.1. Princípio da proteção ao trabalhador.....	253
2.1.1. Âmbitos de incidência do princípio da proteção ao trabalhador	254
2.2. Princípio da celeridade	256
2.2.1. Celeridade e os prazos diferenciados da fazenda pública.....	257
2.3. Princípios da informalidade e da simplicidade.....	258
2.4. Princípio da oralidade.....	258
2.5. Princípio da conciliação	259
2.5.1. Conciliação e a atuação do advogado público	260
2.6. Princípio do <i>jus postulandi</i>	261
2.6.1. Representação da fazenda pública	261
3. Compilação jurisprudencial.....	262
3.1. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	262

3.2. Informativos e julgados do TST	263
4. Questões.....	265
Capítulo 12: Competência da Justiça do Trabalho e da Fazenda Pública....	267
Élisson Miessa	
1. Introdução	267
2. Competência absoluta e relativa	268
2.1. Competência absoluta.....	268
2.2. Competência relativa	269
2.3. Diferenças entre a competência absoluta e relativa.....	270
3. Competência em razão da matéria e da pessoa.....	271
4. Competência para julgamento relacionado aos servidores da administração pública	272
4.1. Relação empregatícia	272
4.2. Relação estatutária.....	273
4.3. Relação de caráter jurídico-administrativa.....	273
4.4. Cargo em comissão.....	274
4.5. Alteração do regime de contratação. Empregados contrata-	
dos antes da CF/88, sem submissão do concurso público.....	274
4.5.1. Empregados contratados antes da CF/88, sem sub-	
missão ao concurso público	275
4.5.2. Contratação sem concurso público após a Constitui-	
ção Federal de 1988	276
5. Competência trabalhista perante a greve	276
5.1. Dissídio coletivo de greve de servidor público	278
6. Ações envolvendo sindicatos.....	279
7. Ações de indenização por dano moral ou patrimonial.....	280
7.1. Acidente de trabalho e doença ocupacional	281

8. Ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização do trabalho	282
9. Execução, de ofício, das contribuições sociais das sentenças que proferir	282
10. Ações envolvendo o meio ambiente do trabalho	284
11. Competência em razão do lugar (territorial).....	285
11.1. Local da prestação dos serviços	286
11.2. Agente ou viajante comercial	286
11.3. Empregado brasileiro que trabalha no exterior	286
11.4. Empregador que promove a prestação dos serviços fora do lugar da celebração do contrato.....	287
11.5. Foro de eleição	287
12. Compilação jurisprudencial	288
12.1. Súmulas STF	288
12.2. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	288
12.3. Súmulas do STJ	290
13. Questões.....	290
Capítulo 13: Negócios Jurídicos Processuais da Fazenda Pública na Justiça do Trabalho	293
Luiz Filipe de Araújo Ribeiro	
1. Introdução	293
2. Origem e evolução dos negócios processuais.....	294
3. Conceito e classificação dos negócios processuais	296
4. Pressupostos de existência, validade e eficácia dos negócios processuais	300
5. Negócios processuais no âmbito do processo trabalhista.....	302
6. Negócios jurídicos processuais da fazenda pública na justiça do trabalho	304

Capítulo 14: Arbitragem Trabalhista com o Poder Público	307
Leonardo Carneiro da Cunha / João Otávio Terceiro Neto	
1. Introdução	307
2. A arbitragem no Brasil.....	308
2.1. A legislação brasileira	308
2.2. Arbitrabilidade objetiva e subjetiva	311
3. A arbitragem trabalhista.....	313
4. A arbitragem trabalhista com o poder público.....	316
Capítulo 15: Procedimento Trabalhista, Prazos e Comunicações Processuais da Fazenda Pública no Processo do Trabalho	321
Laís Nunes de Oliveira / André Borges Coelho de Miranda Freire	
1. Introdução	321
2. Peculiaridades do procedimento trabalhista para a fazenda pública ...	322
3. Prazos processuais da fazenda pública na justiça do trabalho	327
4. Comunicações processuais dirigidas à fazenda pública	328
5. Compilação jurisprudencial	332
5.1. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	332
5.2. Informativos e julgados do TST	332
6. Questões.....	335
Capítulo 16: Conciliação e Mediação na Justiça do Trabalho e a Fazenda Pública	337
Caio Victor Nunes Coelho Marques	
1. Introdução	337
2. Sistema multiportas e mediação como instrumento de cooperação....	338
2.1. Métodos autocompositivos e heterocompositivos de resolução de conflito	339

3.	A mediação como método de resolução consensual de conflitos com a administração pública	340
3.1.	Das câmaras de resolução de conflitos no âmbito da administração pública.....	341
3.2.	A mediação coletiva na administração pública	342
3.3.	A resolução de conflitos nos diversos entes federativos	343
3.4.	Controvérsias entre órgãos ou entidades de direito público ...	343
4.	Mediação no âmbito da justiça do trabalho	343
5.	Questões.....	345
Capítulo 17: Honorários Advocatícios e as Despesas Processuais na Justiça do Trabalho e a Fazenda Pública.....		347
Juliana Coelho Tavares Marques		
1.	Introdução	347
2.	Honorários advocatícios na justiça do trabalho: noções preliminares.....	348
3.	Fazenda pública e as peculiaridades do arbitramento de honorários advocatícios	351
4.	Fazenda pública e o pagamento das despesas processuais	356
5.	Compilação jurisprudencial	358
5.1.	Súmulas do TST	358
5.2.	Informativos e julgados do TST	358
6.	Questões.....	359
Capítulo 18: Remessa Necessária no Processo do Trabalho.....		361
Bruno Carneiro da Cunha Almeida		
1.	Aspectos gerais da remessa necessária: conceito, natureza jurídica e constitucionalidade.....	361
2.	Disciplina legal e âmbito de aplicação da remessa necessária no processo do trabalho	363

3.	Hipóteses de dispensa da remessa necessária.....	366
4.	Remessa necessária e sentença ilíquida.....	368
5.	Recurso de revista em remessa necessária.....	370
6.	Compilação jurisprudencial.....	371
6.1.	Súmula e orientações jurisprudenciais do TST.....	371
6.2.	Julgados do TST.....	372
7.	Questões.....	373
Capítulo 19: Execução no Processo do Trabalho e a Fazenda Pública...		375
Wolney de Macedo Cordeiro		
1.	Introdução.....	375
2.	Procedimento das execuções em face da fazenda pública no âmbito do direito processual do trabalho.....	377
2.1.	Execução em face da fazenda pública fundada em título executivo judicial.....	377
2.1.1.	Impugnação da fazenda pública – embargos à execução.....	379
2.1.1.1.	Falta ou nulidade da citação se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia (CPC, art. 535, I).....	379
2.1.1.2.	Ilegitimidade de parte (CPC, art. 535, II)...	381
2.1.1.3.	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação (CPC, art. 535, III; CLT, art. 884, § 5º).....	382
2.1.1.4.	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções (CPC, art. 535, IV).....	386
2.1.1.5.	Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução (CPC, art. 535, V).....	387
2.1.1.6.	Causas impeditivas, modificativas ou extintivas das obrigações executadas (CPC, art. 535, VI).....	388

2.1.2. Execução em face da fazenda pública fundada em título executivo extrajudicial.....	389
3. Procedimento de execução fiscal de competência da justiça do trabalho (CF, art. 114, VII)	392
3.1. Obrigações exequíveis nos limites da execução fiscal trabalhistas: multas decorrentes de penalidades adminis- trativas.....	392
3.2. Procedimento da execução fiscal trabalhista.....	396
4. Compilação jurisprudencial	401
4.1. Julgados do TST.....	401
4.2. Julgados dos tribunais regionais do trabalho.....	406
5. Questões.....	407
 Capítulo 20: Ação Rescisória na Justiça do Trabalho e a Fazenda Pública.....	411
Paulo Henrique Tavares da Silva	
1. A chave do entendimento.....	411
2. Procedimento	414
2.1. Causa de pedir estruturada	414
2.2. Prazo para ajuizamento	421
2.3. Legitimidade.....	422
2.4. Depósito.....	423
2.5. Competência.....	424
2.6. Documento essencial e suspensão do cumprimento da decisão rescindenda	424
2.7. Postura do réu e tramitação junto ao tribunal.....	426
3. Efeitos do acórdão em caso de acolhimento da pretensão.....	427
4. Compilação jurisprudencial	429
5. Questões.....	432

Capítulo 21: Aspectos Processuais das Demandas de Responsabilização da Fazenda Pública Decorrente de Terceirização	435
Bruno Carneiro da Cunha Almeida	
1. Considerações iniciais	435
2. Litisconsórcio passivo entre empregador e ente público tomador....	436
3. Intervenção de terceiros na hipótese de demanda proposta exclusivamente em face do ente público tomador.....	439
4. O ônus da prova quanto à conduta culposa do ente público contratante	441
5. A posição processual da Fazenda Pública na hipótese de acordo firmado pelo empregador.....	446
6. Reclamação constitucional proposta pela Fazenda Pública.....	449
7. Compilação jurisprudencial	450
7.1. Julgado do STF.....	450
7.2. Julgados do TST	451
Bibliografia	453